



SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM ENFERMAGEM

Resumo: A saúde da população negra no Brasil é marcada por desigualdades significativas, refletindo um quadro de maior morbimortalidade associado a condições sociais e econômicas adversas. O acesso limitado às políticas públicas de saúde, as condições de vida insalubres e a discriminação racial exacerbam essas desigualdades. Este estudo tem como objetivo descrever o contexto da saúde da população negra no ensino da enfermagem. Trata-se de uma revisão da literatura, a busca se deu em artigos publicados em língua portuguesa, entre os anos 2019 e 2024, disponíveis nas bases de dados: Lilacs, Medline, SciELO, Latindex REDIB e BDNF. O racismo institucional se manifesta na restrição de acesso à saúde e na qualidade do cuidado, afetando doenças prevalentes na população negra, como a anemia falciforme. A formação dos profissionais de enfermagem deve integrar uma abordagem sensível e informada sobre questões raciais, capacitando-os a melhorar o atendimento e promover a equidade. A educação antirracista é essencial para garantir cuidados adequados e justos a todos as pessoas.
Descritores: Saúde da População Negra, Formação, Enfermagem.

Health of the black population in professional nursing training

Abstract: The health of the black population in Brazil is marked by significant inequalities, reflecting a scenario of higher morbidity and mortality associated with adverse social and economic conditions. Limited access to public health policies, unhealthy living conditions, and racial discrimination exacerbate these inequalities. This study aims to describe the context of the health of the black population in nursing education. This is a literature review, the search was carried out in articles published in Portuguese, between 2019 and 2024, available in the databases: Lilacs, Medline, SciELO, Latindex REDIB, and BDNF. Institutional racism manifests itself in restricted access to health care and in the quality of care, affecting diseases prevalent in the black population, such as sickle cell anemia. The training of nursing professionals must integrate a sensitive and informed approach to racial issues, enabling them to improve care and promote equity. Anti-racist education is essential to ensure adequate and fair care for all people.
Descriptors: Health of the Black Population, Training, Nursing.

Salud de la población negra en la formación profesional de enfermería

Resumen: La salud de la población negra en Brasil está marcada por importantes desigualdades, lo que refleja una situación de mayor morbilidad y mortalidad asociada a condiciones sociales y económicas adversas. El acceso limitado a las políticas de salud pública, las condiciones de vida insalubres y la discriminación racial exacerbam estas desigualdades. Este estudio tiene como objetivo describir el contexto de salud de la población negra en la educación de enfermería. Se trata de una revisión de la literatura, la búsqueda se realizó en artículos publicados en portugués, entre los años 2019 y 2024, disponibles en las bases de datos: Lilacs, Medline, SciELO, Latindex REDIB y BDNF. El racismo institucional se manifiesta en un acceso restringido a la atención médica y a la calidad de la atención, afectando enfermedades prevalentes en la población negra, como la anemia falciforme. La formación de los profesionales de enfermería debe integrar un enfoque sensible e informado de las cuestiones raciales, que les permita mejorar la atención y promover la equidad. La educación antirracista es esencial para garantizar una atención adecuada y justa a todas las personas.
Descriptorios: Salud de la Población Negra, Capacitación, Enfermería.

Samara Maria Ferreira dos Santos

Acadêmica do Curso de Enfermagem da
Faculdade Estácio de Carapicuíba.

E-mail: samara24004@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-9593-3926>

Luiz Faustino dos Santos Maia

Enfermeiro. Jornalista. Escritor. Editor
Científico. Mestre em Terapia Intensiva e
Ciências da Saúde. Docente e Coordenador de
Curso de Enfermagem. Membro da
Associação Brasileira de Pesquisadores
Negros (ABPN).

E-mail: dr.luizmaia@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6551-2678>

Submissão: 14/10/2024

Aprovação: 30/10/2024

Publicação: 27/11/2024



Como citar este artigo:

Santos SMF, Maia LFS. Saúde da população negra na formação profissional em enfermagem. São Paulo: Rev Remecs. 2024; 2(Spe):58-65. DOI: <https://doi.org/10.24281/rremecs2024.2.Spe.5865>

Introdução

A saúde da população negra é um tema essencial que requer um olhar atento, principalmente no que diz respeito à formação em enfermagem. A desigualdade racial em saúde é uma questão de alcance global, por isso, é fundamental que os futuros enfermeiros estejam adequadamente capacitados para enfrentar as particularidades e demandas dessa população.

No campo da saúde da população negra, considera-se que a morbimortalidade no Brasil, tem cor, que as formas de adoecer e morrer desse grupo social, está relacionada às condições materiais e sociais. As dificuldades de acesso as políticas públicas de saúde, as condições insalubres de vida, dificuldade de trabalho e renda e os comportamentos racistas e de exclusão social, e a negação da cidadania, contribuem para provocar iniquidades e agravos na saúde dos negros¹.

Nos serviços de saúde, o racismo institucional pode ser observado na restrição ao acesso à saúde pela população negra, diferenças significativas no cuidado a doenças predominantemente negras, como, por exemplo a anemia falciforme, na qualidade da atenção à saúde e na falta de inclusão da questão racial na educação permanente dos profissionais. Vale ressaltar que um dos princípios básicos do SUS é a equidade, ou seja, os serviços de saúde devem ofertar tratamentos adequados e diferenciados, visando reduzir as vulnerabilidades sociais que, no caso da população negra, são causadas pelo processo histórico de exclusão social, econômica, política e cultural a que foi submetida².

Os negros apresentavam maiores índices de doenças infectocontagiosas, parasitárias, doenças

transmitidas por vetores, doenças geneticamente herdadas e outros quadros de adoecimento provocados por maus tratos e violências. Esta realidade começou a mudar com o movimento da reforma sanitária, iniciada em 1970. Diante desse quadro, a formação do profissional de saúde, necessita acompanhar as mudanças impostas à sociedade, devendo estar articuladas às demandas de saúde, sociais e culturais da população, bem como, gerar egressos sensibilizados e comprometidos com a saúde, ofertando ações e serviços com resolutividade dos problemas através dos princípios organizativos do SUS¹.

Com base nos princípios e diretrizes de integralidade, equidade e universalidade elaborados pelo Ministério da Saúde, foram construídas políticas públicas específicas. Nesta perspectiva, foi criada em 2009 a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), cujo objeto visa atender as demandas recorrentes desta população se atentando à diminuição das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo institucional da sociedade e a participação do governo em sua totalidade nos serviços do SUS³.

Dentre as diretrizes da PNSIPN, está o incentivo à produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra, assim como fomentar a realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra. Diante disso, sabemos que o incentivo está previsto politicamente, porém nem sempre é efetivado. Principalmente durante a graduação, em que a própria carência de estudo dificulta a penetrabilidade do conhecimento nas salas de aulas, em debates e no próprio enfrentamento ao

racismo, incapacitando estratégias mais pontuais para a efetivação da equidade⁴.

É notório que haja inclusão de temas sobre racismo e saúde da população negra, durante a formação e na educação permanente, para que reflitam sobre o assunto, isso trará mudanças nas práticas e torne o profissional de enfermagem protagonista no combate ao racismo dentro do ambiente de saúde⁵.

Considerando a importância de cada vez mais seja abordado este assunto levando em conta a multiplicação de informações na formação profissional, esta revisão tem como objetivo descrever o contexto da saúde da população negra no ensino da enfermagem.

Material e Método

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, que permite sintetizar o conhecimento a respeito de um determinado assunto por meio da

análise de conceitos, da revisão de teorias e da agregação de evidências, de modo que oportuniza o reconhecimento da necessidade de novos estudos para preencher lacunas.

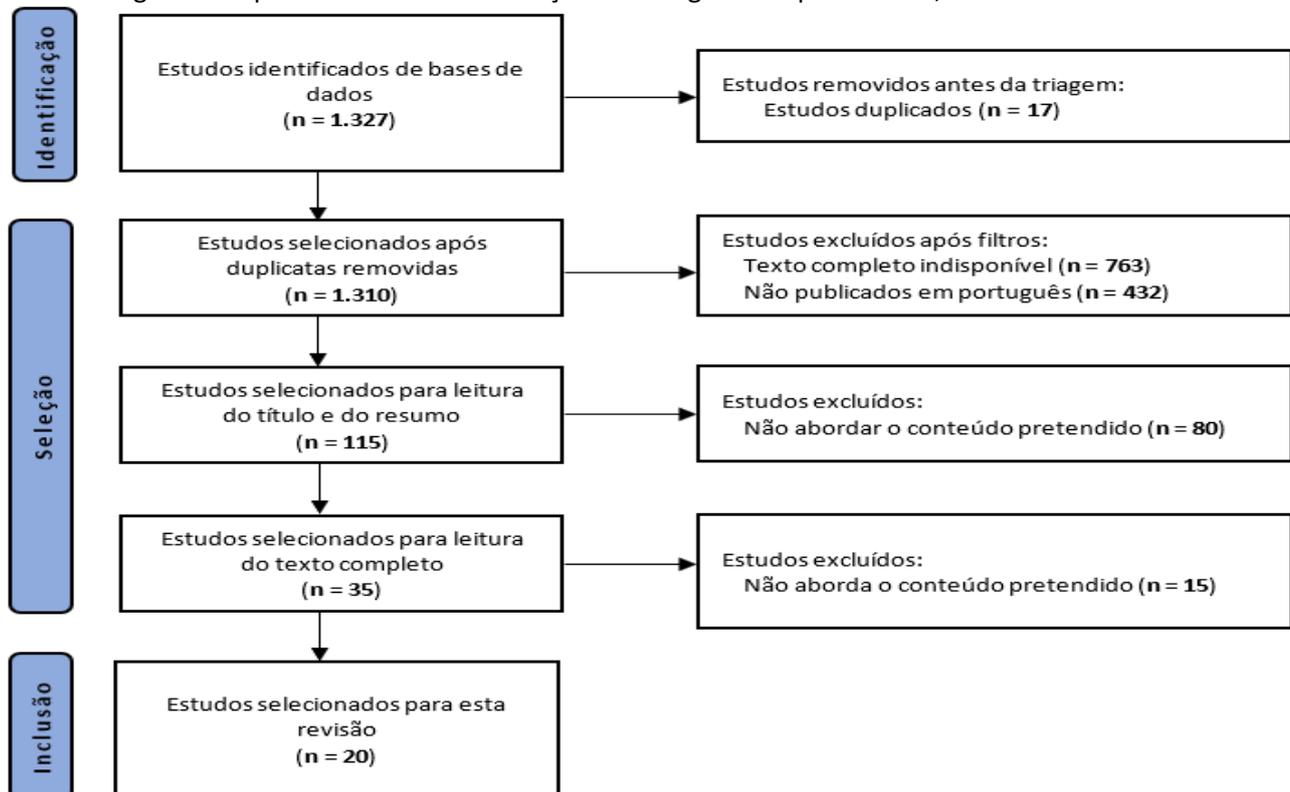
A seleção dos artigos ocorreu no segundo e terceiro trimestre de 2024.

Os critérios de inclusão compreenderam: artigos publicados em língua portuguesa, entre os anos 2019 e 2024, disponíveis nas bases de dados: Lilacs, Medline, SciELO, Latindex REDIB e BDEFN. Os Descritores em Ciência da Saúde utilizados foram: saúde da população negra, formação, enfermagem que foram combinados entre si.

Foram excluídos os artigos que não expunham a temática em questão, publicações referentes a trabalhos de conclusão de curso e artigos de opiniões.

A Figura 1 apresenta o fluxograma do processo de busca e seleção dos artigos. Ao final foram selecionados vinte artigos para compor esta revisão.

Figura 1. Fluxograma do processo de busca e seleção dos artigos. Carapicuíba - SP, 2024.



Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo temática. As categorias definidas foram: padrões de morbimortalidade e acesso aos serviços de saúde; impacto do racismo institucional na qualidade do atendimento; eficácia das políticas públicas em reduzir desigualdades; reformas sanitárias e formação de profissionais de saúde.

Resultados e Discussão

Padrões de morbimortalidade e acesso aos serviços de saúde

As reivindicações dos movimentos sociais relacionados à população negra por um maior e melhor acesso ao sistema de saúde não são recentes, visto que se fizeram presentes ao longo da história das mobilizações, desde o período pós-abolição, e se intensificaram na segunda metade do século XX, chegando a participar dos processos que geraram a Reforma Sanitária e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Entretanto, isso não foi suficiente para inserir, no SUS, mecanismos explícitos de superação das barreiras enfrentadas pela população negra no acesso à saúde, particularmente as interpostas pelo racismo⁶.

O acesso e a adesão para a população negra têm diversos fatores limitantes que convergem para a oferta inadequada nos serviços de saúde, tais como barreiras estruturais, fatores sociais e econômicos, atuação dos profissionais, desrespeito à diversidade cultural, étnica e racial. Ações para a melhoria do acesso e da adesão já são realizadas, porém existe a necessidade de maior monitoramento e avaliação para o seu efetivo estabelecimento⁶.

Os adoecimentos, cada vez mais justificados pelas interações entre determinantes individuais, coletivos e estruturais, permanecem em números altos na

população negra⁷. A maior morbimortalidade do câncer de mama em populações negras e, principalmente, pessoas de baixa renda, também foi atribuída a outros fatores, incluindo dieta do indivíduo, diferenças na biologia dos tumores em mulheres negras, fatores culturais e psicossociais, práticas de aleitamento materno, paridade múltipla em idades mais jovens e outros fatores socioeconômicos⁸.

Cabe, portanto, uma análise em saúde que transcenda a mera correlação de variáveis isoladas com eventos de morbimortalidade. Sendo assim, no planejamento do cuidado, nas fases da Sistematização de Assistência de Enfermagem (SAE), é fundamental a inclusão de informações sobre os aspectos étnico-raciais, como elemento central, constituinte da produção de processo de adoecimento da população negra. Só assim será possível buscar por melhores resultados em saúde da mesma⁷.

Os fatores sociais como discriminação racial, péssimas condições de trabalho, baixa escolaridade, pobreza e as restrições no acesso aos serviços de saúde. A população negra, historicamente, está acometida por esses fatores sociais. A morbimortalidade pelas doenças crônicas é predominante e de padrão socioeconômico no Brasil, e associado à população negra. Dito isto, é fundamental intervenções para prevenir e gerenciar essas disparidades com ações direcionadas a essa população, que possui exposição a fatores de risco e enfrentam maiores barreiras no acesso à saúde⁹.

Por conta das questões de vulnerabilidade e desigualdade social, a população negra procura mais a APS (atenção primária à saúde) como primeiro serviço de atendimento quando necessita do que a população

branca. Essa população encontra barreiras para conseguir atenção à saúde, sendo que um dificultador pode estar relacionado à disponibilidade de dias e horários de funcionamento das unidades de saúde. Cabe salientar que os níveis de instrução educacional e renda podem ser considerados fatores que interferem no acesso dessa população¹⁰.

Impacto do racismo institucional na qualidade do atendimento

O fenômeno do racismo institucional exerce uma influência preponderante sobre as populações negras, pois se evidenciam as invisibilidades acerca das enfermidades mais comuns nestes grupos étnicos¹¹.

Nos serviços de saúde, o racismo institucional pode ser observado na restrição ao acesso à saúde pela população negra, diferenças significativas no cuidado a doenças predominantemente negras, como, por exemplo a anemia falciforme, na qualidade da atenção à saúde e na falta de inclusão da questão racial na educação permanente dos profissionais. Vale ressaltar que um dos princípios básicos do SUS é a equidade, ou seja, os serviços de saúde devem ofertar tratamentos adequados e diferenciados, visando reduzir as vulnerabilidades sociais que, no caso da população negra, são causadas pelo processo histórico de exclusão social, econômica, política e cultural a que foi submetida².

O racismo institucional não apenas prejudica a qualidade do atendimento, mas também perpetua desigualdades na saúde no tratamento oferecido à população negra, tendo em vista que ainda ocorre a reprodução de estereótipos como o de que pessoas negras são mais resistentes à dor ou que não adoecem, que tendem a minimizar queixas advindas de pessoas negras e restringir seu acesso a medicamentos e anestésias, principalmente se

tratando de mulheres nas consultas de pré-natal e durante o parto².

Para enfrentar esse desafio, é necessário implementar práticas e políticas que promovam a inclusão e a equidade no atendimento. A formação dos profissionais de saúde deve incluir uma compreensão profunda das questões raciais para garantir que todos os pacientes recebam um cuidado justo e eficaz.

Eficácia das políticas públicas em reduzir desigualdades

Para que as políticas sociais não permaneçam restritas a programas de governo, sujeitos ao humor de cada gestor, e se tornem efetivamente políticas de Estado para o desenvolvimento social - o que equivaleria à construção de um Estado de Bem-Estar social - é necessário que a política social evolua de um direito constitucional intencional para um direito realmente efetivado. Contudo, essa transformação não depende apenas do Estado; requer também esforços da sociedade¹².

Apesar da garantia constitucional, negros e brancos apresentam condições desiguais de saúde desde o nascimento até a morte. As desigualdades étnico-raciais e os determinantes sociais das condições de saúde dessa população contribuem para problemas significativos. O racismo estrutural, por sua vez, representa uma ameaça à proteção da saúde da população negra, pois permite a violação de seus direitos e amplia a vulnerabilidade a diversos agravos à saúde¹³.

Para as mulheres negras, a discriminação e o racismo são os principais dificultadores do acesso à saúde, sendo responsáveis pelas faltas experimentadas em todo o âmbito social e em todas as fases de suas vidas. Embora existam políticas

específicas, como a Política Nacional de Saúde da Mulher, que visam atender a essas necessidades, muitas vezes essas ações são consideradas recentes e, frequentemente, insuficientes e falhas. Alguns grupos de mulheres acabam não sendo beneficiados por elas ou tendo acesso a uma cobertura parcial, unicamente por serem consideradas minorias¹⁴.

A criação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra em 2009 foi um avanço significativo para enfrentar as desigualdades étnico-raciais. Para fortalecer estratégias de aplicação da PNSIPN, foi aprovado a resolução nº 16, de 30 de março de 2017 a fim de contribuir para a melhoria das condições de saúde desta população, reduzindo as iniquidades de raça/cor, gênero, identidade de gênero, orientação sexual, geracionais e de classe, bem como para a promoção da qualidade de vida dos brasileiros¹⁵.

Entre as estratégias dessa política incluem uso do critério cor na produção de informações epidemiológicas para a definição de prioridades e tomada de decisão, desenvolvimento de ações de combate e prevenção do racismo institucional, implementação de ações afirmativas de promoção, igualdade racial, ampliação e fortalecimento do controle social e incentivo à produção do conhecimento científico e tecnológico em saúde da população negra¹².

Reformas sanitárias e formação de profissionais de saúde

Não há dúvidas que o profissional de enfermagem, é uma peça fundamental para a continuidade da assistência à saúde e nesta conjuntura ainda sofre na sua formação com políticas que nem sempre valorizam a sociedade, políticas preconceituosas, segregacionistas e racistas em uma

formação que cuida da pessoa e família onde a grande maioria feminina. O preconceito existe, o ser humano precisa mudar a sua forma de ver e tratar. Sofrer preconceito/racismo, isto pode causar danos profundos, ao profissional em formação. Valorizar, respeitar, qualificar e empoderar-se de forma respeitosa, são caminhos para quebrar o preconceito¹⁶.

As reformas sanitárias iniciadas na década de 1970 trouxeram importantes mudanças no sistema de saúde, mas ainda há desafios na integração de mudanças estruturais e culturais. A formação dos profissionais de saúde precisa ser constantemente adaptada para refletir a diversidade cultural e as necessidades específicas da população negra. Trazer a pauta da discussão sobre o racismo para o ensino e formação do enfermeiro, numa perspectiva pedagógica crítica e problematizadora, pode ser considerado um ato inovador, pois ainda não constitui um conteúdo curricular obrigatório nem um tema recorrente nos processos de educação permanente em serviço de saúde. Assim, compreendemos que a simulação trazida pelas situações-problema apresentadas neste estudo colabora para potencializar as discussões dessa natureza na prática¹⁷.

Outro tema imprescindível na formação dos profissionais de saúde é o das doenças crônicas, principalmente a hipertensão arterial e a diabetes mellitus, que mais acometem a população brasileira e têm maior prevalência na população negra. Porém, o que é pouco comentado em salas de aula é que essas doenças não estão em maior prevalência na população negra por uma questão genética, mas sim por tratamento dificultado e/ou evolução agravada.

Cabe à discussão de quem ou o que tem dificultado esse tratamento⁴.

Aliado a isto, torna-se necessário rever a formação dos profissionais de saúde para que, no processo de aprendizado, sejam discutidas formas de cuidado específico à saúde dessa população, desde a anatomia até a terapêutica. O ensino é feito a partir das pesquisas em corpos brancos, o que dificulta o aprendizado do aluno para situações específicas, como identificar manchas nos corpos negros, preparando, desta forma, o futuro profissional para lidar com as diretrizes da política de saúde que direciona o cuidado à saúde da população negra¹⁸.

A formação dos profissionais da saúde é uma estratégia fundamental para garantir a atenção à saúde da população negra, em especial, das mulheres negras, que são a parte mais vulnerável dessa população. Para que a Educação Permanente atenda aos desafios a que é chamada pela PNSIPN, ela deve considerar o exposto nos documentos relacionados às DCNERER, sem o que não se pode atuar de maneira integral frente à complexidade das relações raciais presentes na sociedade brasileira¹⁹.

As diretrizes da PNSIPN permitiram a elaboração de estratégias em direção à equidade racial, pois propõem a inclusão da temática do racismo e saúde da população negra na formação dos profissionais de saúde, o incentivo à produção de conhecimento, o reconhecimento dos saberes populares, o monitoramento e avaliação das ações de combate ao racismo, entre outras ações²⁰.

Foi possível constatar que, apesar das motivações para abordagem da temática, a saúde da população negra, quando mencionada, ainda tem sido trabalhada de forma pontual e descontextualizada,

sem uma reflexão do racismo estrutural, das relações de poder e da formação sócio-histórica brasileira. Sinalizamos, diante disso, a necessidade de investigações sobre a branquitude docente na área da saúde, considerando a neurose cultural brasileira e a ocultação do racismo nos espaços de formação acadêmica²⁰.

Considerações Finais

Os achados destacam não apenas a prevalência das disparidades de saúde entre a população negra, mas também a necessidade de uma reforma educacional que incorpore uma compreensão mais profunda do racismo estrutural e suas implicações na prática de cuidados de saúde. Os profissionais de saúde devem receber formação contínua que inclua uma compreensão das questões raciais e culturais, para que possam oferecer um atendimento justo e sensível a todos.

As políticas públicas, como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, são fundamentais para promover a equidade na prestação de serviços de saúde. As instituições de ensino devem se comprometer com o debate antirracista e preparar os futuros profissionais para oferecer cuidados de qualidade que atendam às necessidades específicas dessa comunidade.

Os profissionais de enfermagem desempenham um papel fundamental na promoção da saúde da população negra no ensino e aprendizagem da enfermagem. Eles podem contribuir para a sensibilização dos futuros profissionais de enfermagem sobre as questões específicas de saúde que afetam a população negra, tais como as desigualdades no acesso aos cuidados de saúde, as disparidades nos resultados de saúde e as questões

culturais que influenciam a prestação de cuidados. Essas contribuições dos enfermeiros são essenciais para garantir que a população negra receba cuidados de saúde de qualidade e equitativos.

Referências

1. Lemos AL, Galvão EFC. A formação acadêmica do enfermeiro e os princípios organizacionais do sus no âmbito da saúde integral a população negra. REAS. 2020; (45):e2943.
2. Barbosa RRS, Silva CS, Sousa AAP. Vozes que ecoam: racismo, violência e saúde da população negra. Rev katálysis. 2021; 24(2):353-63.
3. Pereira BLS, Santos JB, Farias QSS, Santos JLBS, Santos AL, et al. Black women's health in nursing teaching. RSD. 2021; 10(11):e489101119957.
4. Silvério ACL, Dias NG. Abordagem da saúde da população negra nos cursos da área de saúde. Temas em Educ e Saúde. 2019; 15(1):24-37.
5. Lima VSS. Inclusão dos temas racismo e saúde da população negra na formação e educação permanente de enfermagem. In: SIMECSAÚDE: 3º Simpósio Internacional Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde. Instituto Enfservic. 2024; 3(3):22.
6. Silva NN, Favacho VBC, Boska GA, Andrade EC, Mercedes NP, Oliveira MAF. Access of the black population to health services: integrative review. Rev Bras Enferm. 2020; 73(4):e20180834.
7. Rocha ESC, Toledo NN, Pina RMP, Pereira RSF, Souza ES. Enfermagem no cuidado à saúde de populações em situação de vulnerabilidade. Brasília: Editora Aben. Volume 1. 2022.
8. Silva NN, Favacho VBC, Boska GA, Andrade EC, Mercedes NP, Oliveira MAF. Access of the black population to health services: integrative review. Rev Bras Enferm. 2020; 73(4):e20180834.
9. Alves JG, Souza CS, Lima HF, Souza LB, Monteiro FPM, Araújo TM. Saúde da população negra brasileira no contexto das doenças crônicas: uma reflexão para políticas públicas. Rev Enferm Atual In Derme. 2023; 97(2).
10. Tochetto EB, Silva CB, Trindade LL, Girardi F, Rosa APL, Santos LS. Avaliação da Atenção Primária à Saúde pela população negra: facetas do racismo institucional. Rev APS. 2023; 26:e262340317.
11. Camargo JCS, Chagas RS, Moura RF, Almeida AH, Santos MVDR, Silva JV, et al. Ações de educação permanente: recorte na saúde da população negra. Cuad Ed Desar. 2024; 16(6):e4567.
12. Oliveira FM. Desigualdade social: uma trajetória de insistência no Brasil. CLCS. 2023; 16(7):6750-66.
13. Machado VC. Direitos humanos e políticas públicas de saúde para populações específicas. RISE. 2022; 3(1):47-1.
14. Costa RC, Gonçalves JR. O direito à saúde, à efetividade do serviço e à qualidade no acesso às políticas públicas de atenção à saúde da mulher. Rev JRG. 2019; 2(4):119-42.
15. Lemos AL, Galvão EFC. Saúde de populações negras no curso de enfermagem: um guia para a prática. Santarém - PA: Universidade do Estado do Pará - UEPA. 2020. Disponível em: <<http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/599641>>.
16. Oliveira CER, Domingos ORS, Maia LFS. Racismo e preconceito no âmbito da profissão de enfermagem. In: Congresso Internacional de Produção Científica em Enfermagem. ENFservic. 2020; 1(1):16.
17. Silva LSAH, Tavares CMM, Paiva LM, Silva TN, Ferreira MM. Metodologias ativas no ensino-aprendizagem de práticas antirracista na enfermagem. Rev Pró-UniverSUS. 2023; 14(1):107-111.
18. Lima CDA, Santos MMD. Estratégia da saúde da população negra - Atenção Básica de Saúde. 2020. Revista Pró-UniverSUS. 2020; 11(2):141-144.
19. Souza DH, Rocha DG. Saúde da população negra: ações afirmativas e branquitude docente nos cursos de graduação da saúde. Trab Educ Saúde. 2022; 20:e00746193.
20. Souza DH, Rocha DG, Nunes NRA. Saúde da população negra na formação em saúde: perspectivas rumo à equidade racial. Ciência Saúde Coletiva. 2024; 29(7):e02992024.